

# Governo pretende reduzir metas do déficit público

BRASÍLIA — O Governo Federal pretende reduzir o déficit público além do índice acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse déficit foi fixado, anteriormente, em 1,2 por cento do Produto Interno Bruto e a intenção do Governo é a de contê-lo em um por cento. Este será o tema principal do encontro que os Ministros do Planejamento, Delfim Netto e da Fazenda, Ernane Galvães, terão hoje com a missão do FMI. Se for confirmada a redução do déficit, isso significará mais aperto nos gastos das empresas estatais.

Essa maior redução do déficit público será necessária para conter as pressões do orçamento monetário e evitar uma expansão exagerada da base monetária (emissão de moeda) e dos meios de pagamentos (depósitos à vista nos bancos mais dinheiro em poder do público). O Governo esperava introduzir na nova Carta de Intenções uma expansão de 100 por cento para a base e para os meios de pagamentos este ano. Essa meta de expansão, no entanto, não foi aceita pelos membros da missão do FMI.

A maior redução do déficit público não será feita através da elevação de impostos. As autoridades deixaram claro, durante as conversas com os técnicos do FMI, que o Governo não está disposto a aumentar impostos faltando menos de sete meses para o término do mandato do Presidente Figueiredo. Foi explicado que uma medida dessa natureza é politicamente inviável e geraria um desgaste que o Governo não quer en-

frentar durante uma disputa pela Presidência da República.

A alternativa em discussão prevê o aumento da austeridade na área pública. Em princípio, todos os órgãos da administração direta e as empresas estatais terão que se contentar com as dotações previstas na revisão do orçamento da União, feita em março deste ano.

Esse órgão não devem esperar recursos adicionais para fazer frente aos gastos decorrentes de uma taxa de inflação superior às previsões iniciais. Uma fonte do Planejamento informou que as situações de extrema dificuldade serão analisadas caso a caso.

A redução das despesas vai permitir que o déficit das empresas estatais este ano seja inferior a 1,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) nível fixado inicialmente. Embora o número definitivo ainda não esteja definido, a expectativa no Ministério do Planejamento é a de que o déficit das estatais seja inferior a um por cento do PIB.

Com os cortes dos gastos da área pública, o Governo espera poder transferir um maior volume de recursos para o orçamento monetário — Cr\$ 7,4 trilhões — e, desta forma, evitar que os gastos com o custeio da safra agrícola e com as exportações forcem uma elevação exagerada da base monetária.

A nova meta para o déficit público operacional (que exclui o valor das correções monetárias e cambial das dívidas) deverá ser acertada na reunião de hoje.

1

## Economistas do México prevêem inflação de 50%

MÉXICO — A inflação no México chegará ao final deste ano em 50 por cento, contra os 80 por cento alcançados em 1983, informou ontem a Liga de Economistas Revolucionários, uma associação privada.

Pelos estudos da Associação, apesar da contração da economia mexicana ainda este ano, algumas áreas produtivas começam a dar sinais de recuperação. Esses economistas mexicanos calculam também, que o déficit nas finanças públicas que atingiu 18 por cento em 1982 e 8,5 por cento em 1983, poderá cair neste ano para seis por cento. "O ambiente de crise que colocava em perigo a estabilidade política e social do México em grande parte já foi superado", afirmam os economistas mexicanos.

Também os cálculos sobre os preços indicam redução de 30 pontos percentuais sobre o índice registrado em 1983. Pelas estimativas, esta taxa deverá ficar em 50 por cento.

Os indicadores encontrados permitem supor que não há restrições severas por parte da oferta de produtos a fim de que seja iniciada a reativação da economia mexicana nos próximos meses, conclui o estudo.

2

## OEA debate no Chile medidas protecionistas

SANTIAGO — As medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos contra as exportações latino-americanas, especialmente contra o aço brasileiro e o cobre chileno, será um dos temas da reunião que começa hoje, na capital chilena, do Conselho Interamericano Econômico e Social, da OEA. Esta reunião, que contará com a presença de pelo menos dez ministros latino-americanos, será presidida pelo Secretário Geral da OEA, o brasileiro João Clemente Baena Soares.

A pauta geral desta reunião será uma nova análise da dívida latino-americana, a primeira, desde a última reunião de Cartagena, na Colômbia.

A agenda das reuniões incluem 35 temas, onde ressaltam as análises do desenvolvimento econômico e social da América Latina, o financiamento para o desenvolvimento e o comércio internacional e um enfoque especial para a tendência protecionista das ações industrializadas.

As resoluções e tomadas de posições nesta reunião da OEA, deverão ocorrer a partir de quinta-feira.